

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 098/099

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 28 DE JUNHO DE 2001

ANO XXVII

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PTB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PSDB

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSL

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i> .....	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Moysés Leônidas</i>

## *Representação Partidária*

*PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS: 02 - Marcos Isfer e Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.*

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 028ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
28 DE JUNHO DE 2001**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Nelson Garcia e Plauto Miró Guimarães.

Às onze horas e vinte minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaúcho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

**O SR. NEREU MOURA**

Pela ordem, senhor presidente?

**(Assentimento)**

Senhor presidente, quero apenas comunicar a esta Casa, que ontem tive que ausentar-me da Casa, no final da Sessão, por problemas de ordem familiar. E dizer que durante todo esse período, como deputado, aqui, tenho procurado ser um deputado com afinco, questionando, discutindo, as matérias que passam por aqui, cumprindo, efetivamente, com o meu papel, como deputado estadual.

Tenho, senhor presidente, achado que tenho exagerado nas minhas colocações, até sendo agressivo demais. Mas é o meu estilo, é a minha maneira de ser, é o meu jeito de ser. Às vezes sinto que poderia ser mais ponderado, mais tranquilo nas linhas colocações. Mas tenho, aqui, nesta Casa, desenvolvido com muito amor o meu mandato de deputado, com seriedade, firmeza, respeito ao povo que me elegeu e aos demais deputados, que pertencem a esta Casa.

Quero deixar claro, aqui, para que algumas pessoas não fiquem fazendo insinuações, porque a gente julga os outros, por aquilo que a gente faz.

Ontem, no final da Sessão, fui o deputado que mais usou da palavra, desde o Grande Expediente, em todos os projetos de lei fiz as minhas colocações, em nome do PMDB. Por um problema de ordem familiar, inadiável, tive que me ausentar na última Sessão Extraordinária.

Quero deixar claro, aqui, para que pessoas que, às vezes, maldosamente, se comportam de forma indevida e julgam os outros desta forma, tenham a clareza, do porquê que eu não fiquei no final da Sessão Extraordinária, para votar a questão da Lei de Fomento, em função até de que já havia um entendimento formulado, na Presidência da Assembléia, de que o substitutivo do deputado José Maria Ferreira seria aprovado nesta Casa.

Essa é a informação que eu queria deixar claro, senhor presidente, para que não paire dúvidas sobre o meu comportamento, como deputado, porque nunca dei margem, para qualquer dúvida, em relação a isso. Tenho firmeza, sei o que quero, tenho posição e tenho uma linha política, que sempre adotei desde quando entrei na vida pública. Tanto o é que falo com orgulho: foi o meu único partido - na vida -, que foi o PMDB, nunca mudei de partido porque tenho firmeza nas minhas posições.

Então eu quero deixar claro, a toda Assembléia Legislativa, o porquê que eu, infelizmente, não participei da última Sessão, na última votação, no dia de ontem.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Solicitamos ao senhor 1º Secretário que faça a leitura do Expediente. Finda a leitura do Expediente, passamos a Ordem do Dia, antes porém, Pela Ordem, concedo a palavra ao deputado Algaci Tulio.

**O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)**

Senhor presidente, quero apenas me reportar ao ofício encaminhado à Mesa da Assembléia, pelas diversas entidades da classe policial que durante estes últimos três meses se debruçou e trouxe a sua contribuição às mudanças introduzidas no Estatuto da Polícia Civil. Talvez seja a primeira vez na história, desta Assembléia, que se abre um espaço tão grande, tão democrático na verdade, para que pudéssemos chegar a um denominador comum, se não chegamos à perfeição, evidentemente que não tínhamos a ousadia de chegar à perfeição mas chegar próximo dela. Isso se deveu muito a essas entidades.

Eu quero aqui, neste momento, senhor presidente, fazer aqui um reconhecimento da postura adotada pelos integrantes dessas classes policiais que têm acompanhado as Sessões, nessa Casa. E até mesmo ontem, quando do calor da discussão do Estatuto, quando nós tivemos, lamentavelmente, uma postura completamente errada de um membro da Associação dos Delegados, que acabou afrontando o companheiro Luiz Bordenowski, Presidente da Sinclapol, a categoria toda, que estava em maioria, poderia, naquele momento até, se fosse o caso, ir para o revide. Mas, com muito respeito a essa Casa, receberam a admoestação, justa, praticada por um delegado de polícia e permaneceram nos seus assentos em respeito a esta Casa, ao trabalho normal desta semana.

Por isso quero neste momento, fazer esse registro, presidente, dizer a postura do companheiro Luis Bordenowski e de todos os membros das categorias da Polícia Civil, que mesmo admoestados se mantiveram com disciplina, mostrando que é esta a Polícia Civil que nós queremos no Estado do Paraná. Muito obrigado!

#### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu gostaria de comunicar aos senhores deputados e senhoras deputadas, que hoje à tarde, a partir das 15h, nós termos uma Sessão Extraordinária Especial, em homenagem póstuma à Ginetta Galliari. Uma religiosa que faz parte como co-fundadora do Movimento Focolare, movimento que existe desde 1944, e que hoje, espalhado por mais de 183 países, e seria importante que a Casa pudesse prestigiar esse momento que com certeza vai ser extremamente importante, e até porque o movimento tem uma ação entre os políticos, especialmente na Itália, com Giani Giordani, e ficam todos convidados para a partir das 15h participarmos desta Sessão Extraordinária em homenagem à Ginetta Galliari.

Muito obrigado!

#### O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, apenas para lembrar porque inclusive existem representantes de entidades de Polícia Civil aqui ainda presentes, que nesta Casa existe uma liderança de Oposições, e nós gostaríamos pelo tanto que temos lutado pela Polícia Civil, e por seguramente lutarmos também por Planos de Cargos e Salários, que aliás é uma das bandeiras que a Oposição tem tido aqui, que a Liderança de Oposições fosse lembrada também, quando a polícia se manifestasse a respeito de votações nessa Casa e não apenas a Liderança do Governo.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado.

#### O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede a leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

### Ofícios:

#### OFÍCIO Nº 56/2001

Senhor Presidente.

Através deste, as Entidades de Classe de Base Polícia Civil do Estado do Paraná e a Associação dos Escrivães de Polícia do Brasil abaixo assinadas, vêm a presença de Vossa Excelência, solicitar o especial favor, no sentido de que seja lido em Plenário o presente documento em forma de agradecimento.

Cujo texto é o seguinte:

“As entidades de Classe representadas pelo Sinclapol/PR, Sindipol/Londrina, União da Polícia Civil, Associação dos Escrivães de Polícia Civil do Paraná, Associação dos Investigadores, Associação dos Datiloscopistas e Identificadores Datiloscópicos, Associação de Técnicos e Operadores em Telecomunicações Policiais e Associação dos Escrivães da Polícia Civil do Brasil, vem perante esta Casa de Leis através de seus representantes classistas agradecer de público esta Presidência, à Comissão de Segurança e sua equipe de trabalho à Comissão de Constituição e Justiça e sua equipe de trabalho, à Comissão de Orçamento e sua equipe de trabalho, à Liderança do Governo e sua equipe de trabalho e ao Fórum da Paz que representa a sociedade paranaense, a todos os Deputados e Deputadas pelos relevantes trabalhos prestados em prol da Instituição da Polícia Civil e sua categoria, com a aprovação do Estatuto da Polícia Civil, que desde 1982 não havia uma reforma estatutária, a sociedade evoluiu e o Estatuto já estava obsoleto, e a aprovação da LDO, onde será inserido o Plano de Cargos Carreiras e Salários das Classes de Base da Polícia Civil que infelizmente até hoje não existe.

As entidades de Classe, aproveitam a oportunidade para pedir o apoio desta Presidência, da liderança do governo e de todos os deputados e deputadas para aprovação do Projeto de Lei do Plano de Cargos Carreiras e Salários, que será discutido a partir do início do mês de julho do corrente ano, com a Comissão Partidária do Governo e a Comissão Partidária das Classes de Base da Polícia Civil, conforme protocolo de intenções do Governo com as Entidades de Classe, que após ser discutida e elaborada a formatação do Projeto de Lei do Plano em questão e que virá para esta Casa de Leis para votação.

Respeitosamente,

(aa) LUIZ BORDENOWSKI - Presidente

Sinclapol

ADMILSON ANTONIO ALVES BATISTA

Sindipol

WILSON VILLA

União da Polícia Civil

WILMAR DE M. BRASIL JR.

Assoc. dos Escrivães da Polícia Civil do Paraná

ANTONIO CARVALHO

Assoc. dos Escrivães de Polícia Civil do Brasil

WILSON MONTEIRO

Assoc. dos Investigadores de Polícia Civil do Paraná

VERA HAUT

Assoc. dos Datiloscopistas e Identific. Datiloscópicos  
ARXIABBANI R. MONCORVO  
Assoc. de Técnicos e Op. em Telecom. Policiais”  
Sala das Sessões, em 28.06.2001.

OFÍCIO Nº 144/2001

Senhor Primeiro Vice-Presidente.

Venho através do presente comunicar a Vossa Excelência que estarei em viagem ao exterior, durante o período de 30 de junho a 23 de julho do corrente ano, tratando de assuntos particulares, sem ônus para este Poder.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 28.06.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 56/2001, subscrito pelas Entidades de Classe de Base da Polícia Civil do Estado do Paraná e a Associação dos Escrivães de Polícia do Brasil, constante do expediente, solicitando que seja lido em plenário o documento encaminhado a esta Casa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 144/2001, subscrito pelo Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, comunicando sua viagem no período de 23 de julho, do corrente ano, para tratar de assuntos particulares, sem ônus para este Poder. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 025/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio, que concede o título de Cidadania Honorária à doutora Zilda Arns Neumann, Coordenadora da Pastoral da Criança. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 005/2001, de 22/02/2001).**

### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 115/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que oficializa como traje de honra e de uso preferencial no Estado do Paraná, para ambos os sexos, a indumentária denominada “Pilcha Gaúcha”. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 034/2001, de 09/04/2001).**

### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 194/2001, de autoria do deputado Caíto Quintana, que cria o Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais - Funarpen, institui o Selo Autenticidade de Atos, regulamenta o especificado no artigo 8º da Lei Federal 10.169/2000 e dá outras providências. **Aprovado.**

### REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 194/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais - Finarpen.

Art. 2º - O Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais tem por finalidade custear os praticados gratuitamente pelo Registrador Civil de Pessoas Naturais.

Art. 3º - Constituem-se receitas do Funarpen:

I - receitas transferidas por entidades públicas de qualquer natureza;

II - saldo financeiro apurado do próprio Fundo;

III - valores decorrentes de serviços prestados a terceiros, inclusive o fornecimento de dados;

IV - subvenções, doações e contribuições de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado;

V - participação na receita decorrente dos sistemas de segurança implantados pelo Judiciário para a fiscalização dos atos registrares e notariais e de distribuição, efetuada por distribuidores vinculados à Lei nº 8.935;

VI - contribuição mensal, recolhida pelas serventias do foro extrajudicial, nos termos desta Lei, ou do que dispuser o Conselho;

VII - auxílio financeiro do estado destinado a propiciar o acesso gratuito aos documentos essenciais para cidadania, de acordo com o especificado na Lei nº 8.543, que trata dos serviços itinerantes prestados pelo Registro Civil;

VIII - receita decorrente do fornecimento, com exclusividade, do Selo de Autenticidade de Atos, para os serviços notariais, registrares e de distribuição, efetuada por distribuidores vinculados à Lei nº 8.935.

§ 1º - A receita do Funarpen será destinada ao pagamento dos serviços prestados gratuitamente pelo Registro Civil, inclusive o registro de nascimento e óbito.

§ 2º - Cumpre ao Irpen - Instituto de Registro Civil das Pessoas Naturais do Paraná, com as informações prestadas pelos registradores civis, encaminhar à Anoreg - Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná, até o sexto dia de cada mês, relatório completo dos atos gratuitos praticados pelos oficiais de registro civil no mês anterior, que serão compensados até o dia 12 de cada mês.

§ 3º - Dos recursos recebidos pelo Funarpen serão destinados 2% (dois por cento) para o Inoreg - Instituto dos Escrivães Notários e Registradores do Estado do Paraná, 1,5% (um e meio por cento) para a Anoreg - Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná e 1,5% (um e meio por cento) para o Irpen - Instituto do Registro Civil das Pessoas Naturais do Paraná.

§ 4º - O valor da compensação financeira pelos atos gratuitos será equivalente ao valor estipulado no regimento de custas para os atos da mesma natureza.

§ 5º - Se a receita do respectivo mês for insuficiente para a compensação integral, será feito rateio nos termos do que dispuser o conselho.

§ 6º - O Funarpen, na hipótese de recursos suficientes, compensará com um valor correspondente ao salário mínimo as serventias que tiverem receita mensal inferior a este montante.

Art. 4º - O Funarpen será gerido por um Conselho Diretor composto do seguinte modo:

I - Presidente, Tesoureiro e Diretor do Registro Civil da Anoreg/PR;

II - Presidente e Tesoureiro do Irpen;

III - um registrador Civil por entrância indicado pelo Irpen;

IV - um representante da Corregedoria Geral da Justiça, por ela indicado.

Art. 5º - Ao Conselho Diretor deliberar, pelo voto da maioria de seus membros, sobre:

I - assuntos gerais relacionados com a gestão do Fundo;

II - o seu Regimento Interno;

III - eleição de seu secretário;

IV - aumento nos montantes de compensação pela prática de atos gratuitos, não podendo a compensação ser definida em valor superior ao estabelecido na lei de custas para os mesmos atos;

V - todas as matérias de competência do Funarpen, exceto as conferidas ao Conselho Fiscal.

§ 1º - O Conselho será presidido pelo presidente da Anoreg/PR, sempre que seja Registrador Civil, não o sendo, presidirá o Conselho o Presidente do Irpen.

§ 2º - Até o dia 15 de cada mês será enviado à Corregedoria Geral da Justiça relatório sobre as atividades do Fundos no mês anterior.

Art. 6º - O controle da arrecadação e da aplicação dos recursos do Funarpen será efetuado pelo Conselho Fiscal, composto por:

I - dois representantes da Anoreg/PR, sendo um deles, obrigatoriamente Registrador Civil;

II - um representante do Irpen;

III - um representante do Colégio Notarial;

IV - um representante do Colégio Registral;

V - um registrador civil por entrância, indicado pelo Irpen;

VI - um representante da Corregedoria Geral de Justiça.

§ 1º - Aplica-se à gestão do fundo a legislação federal e estadual pertinente, inclusive a lei de licitações e contratos, no que couber.

§ 2º - O Conselho Fiscal contratará, anualmente, empresa de auditoria independente para a verificação das contas do fundo.

Art. 7º - O preço do Selo de Autenticidade, a que se refere esta lei, definido em ato baixado pelo conselho, será reajustado sempre que houver reajuste dos emolumentos observados os mesmos índices.

Art. 8º - O Conselho Diretor disporá sobre a aquisição e a distribuição do Selo de Autenticidade, bem como sobre suas características.

Art. 9º - É obrigatório a aplicação do Selo de Autenticidade em todos os atos praticados pelos Tabeliães de Notas, de Protesto, Registradores de Imóveis, Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, e Registro Civil de Pessoas Naturais, distribuidores vinculados à Lei.

§ 1º - A ausência do Selo de Autenticidade nos atos referidos no artigo anterior importa a responsabilização do Titular.

§ 2º - A autenticação de cópia de frente e verso do CIC, de título de eleitor ou da cédula de identidade exige apenas um selo.

§ 3º - Exigindo o documento mais de um ato, a cada ato corresponderá um selo; desdobrando-se o documento por mais de uma folha, mas constituindo um só documento, será exigível apenas um selo na página final que contiver assinatura do titular da serventia.

§ 4º - Nas certidões de nascimento e de óbito assim como nos documentos de interesse do poder público, inclusive naqueles que se prestarem para instrução de feitos, será aplicado, sem ônus para o titular, selo de autenticidade com características especiais, conforme definido em ato baixado pelo conselho.

Art. 10 - Os registradores, notários e distribuidores deverão adquirir antecipadamente os Selos de fiscalização que utilizarão mediante recolhimento dos respectivos preços ao Funarpen, conforme orientação baixada pelo Conselho Diretor.

Art. 11 - O descumprimento desta lei ensejará, observado o devido processo legal, a incidência das sanções previstas em Lei Federal, no Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, e demais Leis que regulamentem a atividade registral e notarial, aplicando-se ao Registrador ou Notário as penas cabíveis, inclusive multa.

Art. 12 - Em caso de extinção do Funarpen, o seu patrimônio será revertido em favor do Poder Público.

Art. 13 - Os gastos do Funarpen com o custeio de suas atividades, incluídas as despesas com pessoal, não excederão a 10% (dez por cento) da arrecadação líquida mensal.

Art. 14 - O Funarpen, poderá firmar convênio com pessoas jurídicas de direito público ou privado, comunicado o teor do convênio à Corregedoria Geral da Justiça.

Art. 15 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

Presidente e Relator

#### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 247/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 019/2001, que autoriza o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU a aportar recursos financeiros para integralizar o capital social da Agência do Fomento do Paraná S/A, passando a sua vinculação à Secretaria do Desenvolvimento Urbano. **Aprovado (Publ. no DA nº 095/2001, de 27.06.2001)**

#### ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 024/99, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que estabelece normas de prevenção das doenças e critérios de defesa da saúde dos trabalhadores em relação às atividades que possam desencadear lesões por esforços repetitivos - LER, no Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CSP. EMENDA DE PLENÁRIO. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Em votação.**

Pela ordem, deputado Custódio da Silva.

#### O SR. CUSTÓDIO DA SILVA (Pela Ordem)

Senhor Presidente, quero falar sobre o Projeto de Lei nº 024/99, do nosso deputado Orlando Pessuti, que vem realmente estabelecer normas de prevenção da doença em critério de defesa e saúde dos trabalhadores do Estado do Paraná.

Quero dizer, Senhor Presidente, que este projeto já vem de encontro com as lutas dos sindicalistas da nossa Capital do Paraná, tendo em vista que nós, que passamos na empresa e temos carteira assinada mais de 28 anos como metalúrgico, conhecemos realmente as dificuldades desses trabalhadores com lesão. Já são muitos trabalhadores com seqüelas, que muitas vezes estão encostados sem receber nenhum centavo. Além disso, Senhor Presidente, abandonado pelo sistema, abandonado pelo critério da doença que, lamentavelmente, essa doença de

esforços repetitivos, que contraiu durante as funções no trabalho.

Então, quero parabenizar o deputado Orlando Pessuti pela coragem, pela sensibilidade deste projeto de que vem de encontro, senhor presidente, com todos os trabalhadores, sindicalistas do nosso Estado. Então, como representante da Força Sindical nesta Casa, Deputado Custódio da Silva, temos que parabenizar uma atitude tão grande como essa do Deputado Orlando Pessuti.

Obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Em votação o Projeto de Lei nº 024/99. Vamos apreciar na Sessão a emenda aprovada em 2ª discussão.

**Aprovada a emenda.**

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 268/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 022/2001, que autoriza o Poder Executivo a assumir e reconhecer os débitos da APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, incluindo-os no parcelamento da Administração Direta do Estado junto ao INSS - Instituto Nacional de Seguro Social. PARECER FAVORÁVEL DA CG.

Sobre o referido projeto, Emendas Aditivas de Plenário, em número de 02 (duas). A de número 01, de autoria do senhor deputado Algaci Túlio, com apoio dos senhores deputados Tony Garcia, Cezar Silvestri e Orlando Pessuti e a de número 02, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 268/2001

Adite-se artigo 2º ao Projeto de Lei nº 268/2001, com a seguinte redação, renumerando-se os demais artigos:

“Art. 2º - Mensalmente a APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina encaminhará ao Tesouro do Estado e à Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa do Estado, guia de recolhimento ao Tesouro do Estado, com descritivo contábil.”

Sala das Sessões, em 28.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

Apoio:

Tony Garcia, Cezar Silvestri e Orlando Pessuti.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Inclua-se onde couber a seguinte expressão ao artigo 1º do referido projeto de lei:

“Art. 1º - .... até o limite de R\$75.000.000 (setenta e cinco milhões de reais).”

Sala das Sessões, em 28.06.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoiamento:

Nereu Moura, Waldyr Pugliesi, Algaci Tulio, Iri-  
neu Colombo e Luciana Rafagnin.

Como tem emenda de Plenário, solicito ao deputado Marcos Isfer que seja o relator da emenda do deputado Algaci Tulio.

#### O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Ainda em cima deste projeto, gostaria de solicitar à Liderança do Governo, que anexasse ao projeto, também, esta justificativa, em função dessa dívida do Porto de Paranaguá que sabemos é uma dívida que fica bloqueada. Nós, quando fizemos a CPI do Porto de Paranaguá, constatamos a indústria das ações trabalhistas lá em Paranaguá, no Porto de Paranaguá.

E hoje o Porto de Paranaguá, com todo este crescimento, com todo esse movimento, ele seria bloqueado no seu Tesouro, porque todo dinheiro que entra no Porto de Paranaguá é bloqueado pela Justiça para pagamento de ações trabalhistas.

Daí, porque, entendemos nós, que esta é a única saída que encontramos, agora, mediante as explicações dadas pelo Governo, para o Porto poder ter a sua certidão negativa junto ao Tribunal de Contas e ir em busca de recursos, em função dessa negociação.

Por isso que ontem fiz esse questionamento, exatamente para que houvesse esse esclarecimento. E a emenda que estou colocando ao projeto é apenas para que a Assembléia possa acompanhar o ressarcimento que o Porto terá que dar ao governo do Estado, para que venha um descritivo contábil para a Comissão de Fiscalização da Assembléia ou, evidentemente, uma fotocópia desse ressarcimento ao Tesouro do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

#### O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, passo a relatar a emenda:

(Lê):

“Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 268/2001. Adite-se ao art. 2º do projeto de lei, a seguinte redação:

Art. 2º - mensalmente a APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, encaminhará ao Tesouro do Estado e à Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa do Estado, guia de recolhimento ao Tesouro do Estado com descritivo contábil.”

A emenda procede, senhor presidente e não há nada no aspecto constitucional que impeça a sua tramitação. E sendo uma emenda aditiva que se soma, inclusive dispensa redação final. Somos de parecer favorável, senhor presidente.

Obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em discussão o parecer do deputado Marcos Isfer.

Encerrada a discussão, em votação.

**Aprovado.**

Em discussão o projeto.

#### O SR. NEREU MOURA (**Para discutir**)

Senhor presidente, essa Mensagem do Governo nº 22/2001, que pede autorização para esta Casa para assumir a dívida da APPA dos Portos de Paranaguá e Antonina, no nosso entendimento ela faz apenas com que a dívida pública do Estado do Paraná seja acrescentada em mais 75 milhões de reais.

O que aconteceu em Paranaguá e Antonina? O que houve na administração desses Portos que acumularam uma dívida de 75 milhões de reais? Acho que necessário seria, inicialmente, fazer uma ampla investigação em função deste débito exacerbado, que estamos constatando, aqui, provenientes dos Portos de Antonina e Paranaguá. Por isso iremos votar contrário a esse projeto de lei.

Porque o povo do Paraná já está cansado de pagar dívidas. O povo do nosso Estado já está cansado de pagar dívidas que não fez. E esses 75 milhões e reais, eles irão se assomar ao valor total da dívida do Estado do Paraná, que o povo irá pagar. Assim como ele pagou e está pagando a insensatez do saneamento do Banco do Estado do Paraná e outras tantas dívidas, que não foram em benefício da nossa população.

Por isso, em que pese os objetivos, em que pese a justificativa do projeto de lei, nós entendemos que o povo do Paraná já está demasiadamente, com as dívidas que lhe são imputadas sem que ele tenha feito, sem que ele tenha usufruído dos benefícios desses montantes.

Por isso, senhor presidente, por uma questão de justiça nós iremos votar contrariamente a este projeto de lei, para que os Portos de Antonina e de Paranaguá resolvam os seus problemas, que administrem com eficiência, com competência e que não deixem se avolumar dívidas enormes. Dívidas absurdas como esta, só para o INSS uma dívida de 75 milhões, fora as dívidas trabalhistas, fora o FGTS, fora outras dívidas que existem em relação àquela autarquia, que pertence ao governo do Paraná.

Então, desta forma o nosso encaminhamento é contrário a este projeto de lei.

#### O SR. PRESIDENTE (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, gostaria de encaminhar esse projeto, tendo em vista que esse projeto é de fundamental importância para o Porto de Paranaguá. Nós não podemos esquecer que esses débitos com o INSS não são gerados apenas neste último governo. São débitos que vêm se acumulando ao longo dos anos, como ocorreu em outras autarquias e em outras fundações.

Contudo, é muito importante que este débito seja pago. E é importante, no projeto fica bem claro, que esse débito será pago pela APPA ao governo do Estado.

Quer dizer, não é uma dívida que simplesmente surge no governo do Estado sem ter uma contrapartida. Haverá uma contrapartida. A administração do Porto se

compromete a pagar. O que há de mais importante nesse projeto é a dilatação do prazo. Se fosse o Porto de Paranaguá que fosse negociar junto ao INSS, sozinho, conseguiria no máximo 96 meses. através do governo do Estado, ele dilata o prazo para 240 meses, tornando possível o pagamento sem sombra de dúvida, desse débito com o INSS.

Então encaminho favoravelmente, porque é para o bem do Porto de Paranaguá, que serve a todo Estado do Paraná. Não vejo, aqui, uma discussão política, mas, sim uma discussão administrativa, onde teremos que, sem sombra de dúvida, dar apoio para que possamos liberar o Porto de Paranaguá para fazer inclusive a busca de investimentos, para que ele possa operar ainda melhor.

Sabemos que há mais de 10 anos não vêm recursos do governo federal para o Porto de Paranaguá. enquanto outros Portos Brasileiros como o de Sauipe, por exemplo, tem tido grandes aportes financeiros do governo federal. E é, sem sombra de dúvida, a questão da SND e, sem sombra de dúvida, a possibilidade de viabilizar o Porto de Paranaguá, que nos leva a encaminhar favoravelmente.

#### O SR. NEIVO BERARDIN (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente e senhores deputados.

É evidente que estamos colocados aqui, entre a cruz e a espada. Agora, restam algumas perguntas: quais foram os governos que não pagaram o INSS?

Quanto pagou cada governo?

É simples, todos cometeram o mesmo erro. Não é assim. Qual foi o governo que ficou devendo INSS? E por que ficou devendo? e que exemplo é esse de ficar devendo e depois passar a conta para o povo? O que estamos fazendo aqui?

Os empresários não tem essa benesse de reunir a casa e passar a conta para o povo. As empresas tem que cumprir a sua função contribuindo com as suas obrigações sociais.

Fica essa reflexão de comportamento. E, olha, agora há pouco falei para a imprensa sobre que nós temos que criar, aqui, uma Comissão de Alto Nível para discutir as contas do governo Lerner, sobretudo de 1997, 1998, 1999 e 2000.

É possível a Assembléia aprovar. Ora, por comportamento, desvio de comportamento da área administrativa.

Não podemos aceitar que as empresas públicas cometam e passem para a população um mau exemplo. Eu sou a favor do Porto de Paranaguá, o que eu puder fazer pelo Porto de Paranaguá, eu farei, porque é lá que nós escoamos a nossa produção, a nossa produção que vem do Oeste, do Norte. Foi exatamente por isso que o Estado investiu 400 milhões de reais para construir a Ferroeste.

Passou para o privado, assumiu o compromisso de comprar vagões para transportar a nossa produção mais barata para o Porto. O que aconteceu? Não comprou e

não cumpriu o compromisso. E hoje o transporte da produção pela ferrovia é quase o mesmo custo do transporte da rodovia. E esta Casa, o que está fazendo, em relação a esse contrato feito? Passando a Ferroeste que custou muito dinheiro para o povo do Estado e que, hoje, não tem os terminais necessários para agraciar a população onde passa a Ferroeste, que hoje não tem os vagões necessários.

Então, é simplista chegar aqui e dizer: foram todos os governos.

É simplista chegar aqui e dizer: temos que assumir, para salvar o nosso querido e amado e necessário Porto de Paranaguá. Mas, é, sobretudo, necessário dizer que quem assume a responsabilidade de administrar qualquer empresa e, sobretudo uma empresa pública, tem que ser responsabilizado pelos seus atos.

E não a Assembléia, numa reunião geral e emergencial, repassar a responsabilidade para os próximos governantes que vão tirar esse dinheiro da mão do trabalhador, porque vai ter menos saúde, menos educação, menos segurança pública, porque temos que pagar aquilo que os administradores não pagaram. E aonde foi o dinheiro que era para pagar o INSS;

Por que chegamos a esse ponto.

É hora, meus senhores, de mudarmos o comportamento, verificarmos os responsáveis, punirmos os responsáveis.

E, olhem, onde está a justiça? Isso é responsabilidade de cada administrador.

Onde está o Ministério Público para ver essa situação que acontece, e vem acontecendo, e vem acontecendo? E aí os administradores passam a responsabilidade. A Casa assume, e passa para o futuro. E o futuro é negro, cada vez mais negro, sobretudo para os trabalhadores.

Muito obrigado!

#### O SR. ALGACI TULIO

Para encaminhar, senhor presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Para encaminhar, deputado Algaci Tulio.

#### O SR. ALGACI TULIO (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, os argumentos levantados pelo deputado Neivo Berardin, são todos corretos e, tenho certeza, ninguém neste Plenário coloca qualquer dúvida. Volto a dizer que em uma das minhas Legislaturas, não sei se foi em 1993 ou 1994, fui Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que tratou da questão do Porto de Paranaguá - me corrige o Deputado José Maria, foi em 1995 - e contamos, naquela ocasião, a grande indústria da Ação Trabalhista em Paranaguá. E este foi, sem dúvida nenhuma, o ponto crucial, o ponto que praticamente inviabilizou o Porto de Paranaguá.

Evidentemente, se formos buscar, aqui, responsáveis, e acho este é o papel da Assembléia, até sugiro,



deputado Neivo Beraldin, que para o segundo semestre se crie Comissão Especial para tratar desse assunto ou então, a própria Comissão de Fiscalização da Assembléia, que tem esse papel de fiscalizar as autarquias, as empresas mistas que fazem parte do Governo do Estado. Que a Comissão de Fiscalização da Assembléia solicite dos dez últimos anos ou quinze, vinte anos atrás, para fazer uma conferência na contabilidade, a partir de quando se deixou de recolher o INSS. O que posso dizer, pelo meu conhecimento e pela minha convivência, em função de tantas idas ao Porto de Paranaguá, é o seguinte: o Porto de Paranaguá, em que pese toda essa extraordinária safra que está passando via Porto de Paranaguá, todo o numerário que entra no cofre do Porto, imediatamente, ele é bloqueado pela Justiça, para exatamente o ressarcimento das Ações Trabalhistas, que são inúmeras, que, quem sabe, passam de milhares de Ações Trabalhistas, por desvios de função.

Lembro-me bem, que este era o principal ponto que nós focalizamos naquela CPI. Todo funcionário do Porto de Paranaguá era orientado por um grupo de advogados, a exercer o desvio de função e, em seguida, entrar com uma Ação Trabalhista. Advogados em Paranaguá, ficam bilhonários em cima das Ações Trabalhistas. E nós constatamos isso, na CPI da Assembléia, que pode ser buscada nos arquivos da Assembléia o resultado daquela CPI.

Portanto, emergencialmente, deputado Neivo Beraldin, concordando perfeitamente em tudo que Vossa Excelência fala, se tivéssemos que discutir esta matéria com profundidade, teríamos que fazer uma sindicância, uma Comissão Especial para ir lá atrás. Tenho certeza que todos os governos, aqui, não é uma questão política, todos os governos têm culpa nesta situação do Porto de Paranaguá. Agora, a Assembléia não pode, neste momento bloquear a recuperação e o funcionamento do Porto de Paranaguá. Temos sim, que acatar esta decisão do governo e é por isso que coloquei uma emenda nesta matéria, mensalmente a APPA, Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, encaminhará ao Tesouro do Estado e à Comissão de Fiscalização da Assembléia, guia de recolhimento, para que possamos, então, acompanhar se realmente isso está acontecendo.

Agora, após isso, concordo perfeitamente, acho que a Assembléia tem que tomar uma posição, Deputado Caíto Quintana, de buscar essa responsabilidade. Por que é que lá atrás ou por que agora, ainda, se deixa de cumprir as obrigações com relação ao INSS, em relação ao Porto de Paranaguá? Sei que até o repasse do ISS do Porto para a Prefeitura de Paranaguá, estava parada há muito tempo e nós recuperamos, foi um trabalho deste Parlamentar, junto ao Governo do Estado, quando Líder, aqui, nesta Casa, ao governador Jaime Lerner, para que voltasse a fazer os repasses para a prefeitura de Paranaguá, que me diz o deputado José Maria, voltou a ficar atrasado. Então, é em consequência de tudo isso, todo

dinheiro que entrar no Porto é bloqueado pela Justiça, para o ressarcimento de Ações Trabalhistas.

Então, quero Encaminhar Favorável, mas recomendar que no segundo semestre, senhor presidente, ou a Comissão de Fiscalização ou se faz uma Comissão Suprapartidária para se analisar esta situação que ficou, ainda, sem o esclarecimento em relação ao não recolhimento do INSS ao Porto de Paranaguá.

#### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, eu gostaria de reportar aqui a fala do deputado Neivo Beraldin, não tenha dúvidas de que o deputado Neivo Beraldin, dentro de um processo normal, ele tem toda razão.

Nós não podemos assumir uma dívida de 75 milhões e simplesmente transferir para a sociedade, ainda mais sobre a preocupação que nós temos em relação ao montante dívida do Estado do Paraná, e a sua evolução num curto espaço de tempo. Agora, é necessário isso, este parcelamento? É. A Medida Provisória 2129 dá prazo até 31 de dezembro, de julho agora, para que possa fazer este parcelamento. Agora, o governo, por outro lado, teve tempo suficiente para mandar para esta Casa, mostrando onde é que está o problema, como é que se verificou aquilo que o deputado Neivo Beraldin pedia.

Como é que se constituiu a dívida? Quais foram as responsabilidades de seus governantes, dos seus gestores? E aí com certeza esta Casa votaria, como nós vamos votar e eu voto favorável por uma razão, porque se não nós vamos provocar mais prejuízos ao Porto de Paranaguá. Agora, não dá para ir tomando assunção de dívida sem que nós conheçamos a sua exatidão, a origem e a responsabilidade, sobretudo, daqueles que a tomaram, por isso é talvez a última vez, talvez não, é a última vez que eu voto num projeto de lei que não conheço o montante da dívida e o valor. Independente dos prejuízos que poderá causar no futuro, por isso usei deste momento, para afirmar que não voto e não vai adiantar depois assumir, ou tentar dizer que nós temos responsabilidade para com o Estado e para com as instituições que pertencem ao Estado.

Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu quero comunicar a esta Casa que estarei me ausentando a partir do dia 30 até o dia 23 e nesse período, estará presidindo esta Casa, o competente companheiro e amigo, o deputado Elio Rusch.

Eu gostaria de fazer esta comunicação ao Plenário desta Casa.

#### O SR. CAÍTO QUINTANA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, com relação a esta mensagem, eu sou obrigado a concordar com as argumentações do deputado Algaci Tulio e do deputado José Maria, no que diz respeito da solução do problema da dívida do Porto de Paranaguá. O que nos preocupa e, talvez isto é que

gere desconfiança entre os próprios Parlamentares, é até quando e até quanto o Tesouro do Estado suporta o endividamento a que está submetido.

Nós já tivemos aqui nesta Casa colocações dos mais variados números, inicialmente se falava em quatro milhões, depois o Secretário falou em sete, depois admitiu nove, depois falou em dez. Hoje, nos cabe perfeitamente dizer que o Estado está com mais de quinze milhões de endividamento. Assumimos o Banestado do Paraná, para não levantarmos o tapete e mostrarmos a sujeira que estava embaixo dele em títulos podres de Alagoas, Osasco e tantos outros. O Banestado Leasing o Estado assumiu, e quando nós falamos Estado é bom que nós venhamos lembrar que o Estado não é o governo que está aí, o Estado são os paranaenses que trabalham, que produzem, que passam necessidade, que não têm escola, que não têm moradia, não têm saúde.

Esses é que estão assumindo esta dívida.

Agora, concordo plenamente que tem que solucionar o problema, mas tem um outro medo que nos ronda, que é a bendita história de privatizações! Saneamento para privatizações! O Porto de Paranaguá tem, hoje, dívidas altíssimas com o INSS e dívidas trabalhistas. Eu não estou aqui sendo o profeta do apocalipse, dizendo que isto venha a ser feito, no futuro. Mas, isto, dentre tantas e tantas privatizações que já aconteceram, com a venda da Sanepar, a venda da Copel, a venda do Banco do Estado do Paraná e tantas outras, pode ser, por que não? O primeiro passo de um saneamento de débitos do Porto de Paranaguá, transferindo para o tesouro do Estado, ou seja, para os paranaenses, para começar a fazer um saneamento do Porto e poder privatizá-lo, na frente.

Eu acho, então, que nos coloca num dilema, nós da Oposição. Nós não votarmos favoravelmente ao saneamento de dívidas trabalhistas é nós negarmos ao Porto de Paranaguá a possibilidade de que ele tenha um parcelamento destas dívidas e possa operar com tranquilidade. Votarmos a favor é abrimos o cadeado e termos que ficar na vigilância, para saber o que acontece, na sequência, com o endividamento do nosso Estado e com a possibilidade da venda do Porto.

Então, eu me subordino à determinação que vier da Liderança do meu Partido. Mas, confesso que talvez a melhor atitude, nesta questão, seria dar mais tempo para uma avaliação mais profunda daquilo que está acontecendo, com dados mais concretos, com compromissos mais claros e mais firmados, para que a Assembléia Legislativa pudesse votar com mais tranquilidade.

Senhor presidente, quero deixar aqui, por derradeiro, porque é a última Sessão: ontem, o deputado Nereu Moura e Augustinho Zucchi posicionaram-se, nesta Casa. E nós vamos ficar, aqui, com o Legislativo. E eu espero que os 54 deputados da Assembléia Legislativa fiquem de atalaia com o que está acontecendo no município de Pato Branco. Eu não quero entrar no mérito da discussão, deputado Nereu, se foi bem ou mal aplicado o dinheiro de Pato Branco. Quero entrar no mérito da dis-

cussão de que a Câmara Municipal de Pato Branco, legitimamente eleita pelo povo e numa votação secreta, conforme determina o Regimento Interno da Câmara, rejeitou as contas do Prefeito e por determinação do Juiz local, o Delegado de Polícia pede que lhe seja fornecida a cédula de votação dos vereadores daquela Casa. Seria como se nós, aqui nesta Casa, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, ao votarmos no dia de hoje - estava em pauta para votar - a prestação de contas de um ano do senador Roberto Requião e um do governador Jaime Lerner, e fizéssemos aqui uma votação secreta e amanhã chegasse um Delegado de Polícia, querendo a cópia dos votos secretos que é determinado pelo Regimento Interno e pela Constituição!

Olha, a quebra do sigilo do painel eletrônico do Senado ocasionou em cassações de mandatos. Pois, o voto secreto é o corpo do painel eletrônico, a urna que temos aqui, é a caracterização manual do voto secreto! Pode-se discutir, esfernejar, se foi justo ou não foi justo, se foi bem aplicado ou mal aplicado. O que não se pode discutir, o que não se pode permitir, como Legislativo, é que venha qualquer outro Poder interferir na autonomia do Legislativo e querer conferir o voto que foi colocado secretamente, na urna, por legítimos representantes do povo e no legítimo cumprimento daquilo que o Regimento Interno diz.

Então, que fique este alerta para a Polícia Civil, para o Judiciário, para o Ministério Público, para quem quer que seja: o Legislativo estadual está de atalaia! E vamos denunciar, a cada instante, as irregularidades que eventualmente possam acontecer numa Câmara Municipal de Vereadores! Seja contra ou a favor de um Prefeito, mas que se respeite o Poder Legislativo, na sua autonomia!

#### O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Deputado, ainda sobre o Porto, em tempo ainda, gostaria de perguntar, se o relator pudesse mandar quanto cada governo ficou devendo em INSS. Todos os governos. Quanto por cento. É simples ligar para o Porto e perguntar: quanto por cento foi o governo tal? Para não ficar nessa conversa de que todo mundo ficou devendo.

#### O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, quero fazer aqui uma justiça, com relação à colocação do deputado Algaci Tulio. Porque, na oportunidade que o deputado Algaci Tulio foi presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, que investigou o Porto de Paranaguá, o relator era o deputado Rosinha - que hoje é deputado federal - e nós, eu particularmente, fui membro dessa Comissão.

Tantas vezes fomos ao Porto de Paranaguá. E tem razão o deputado Caíto Quintana, nos deixa um dilema essa questão, porque evidenciado ficou, em toda a busca, deputado Basílio, que fizemos ao Porto de Paranaguá, que havia um estrangulamento administrativo, por conta

das ações trabalhistas em demasia e algo incontrolável pela sua administração.

Pois bem, agora, a pergunta deve ser ao contrário: digamos que nós não quiséssemos, deputado José Maria Ferreira - e Vossa Excelência tem razão - votar esta mensagem que veio até a Casa, mas e daí? Qual seria a alternativa para pagar essa dívida que tem o Porto de Paranaguá, deputado Algaci?

Tem que haver uma alternativa, afinal de contas, é uma dívida. Sem a qual, aliás, sem a quitação da qual, não teremos a oportunidade de ver no Porto de Paranaguá, nem a sua adequação, com relação ao processo em que hoje a produção exige da modernização do Porto.

Acho, presidente Elio Rusch, que deveríamos fazer, particularmente tenho tendência a votar a favor desta matéria, para que possamos dar por derradeira a solução desse problema do Porto de Paranaguá. Mas, tem razão o deputado Neivo Beraldin, quando diz que é preciso verificar, é preciso ver a origem da dívida, até porque, Presidente, não é possível votarmos uma matéria de 70 e poucos milhões, sem que haja acompanhamento. Como diz a emenda do deputado Algaci Tulio, que me parece fundamental, porque é preciso acompanhar passo a passo o que está acontecendo com relação a essa dívida ou com relação, também, ao pagamento.

Não sei se seria a Comissão de Fiscalização, ou seria uma comissão paritária, dos membros e representantes partidários desta Casa. Mas, deveríamos concomitantemente, Senhor Presidente, junto com a votação desta matéria, estabelecer uma comissão que possa acompanhar isto no Porto de Paranaguá, até porque não sei quem fez a dívida, não sei qual o problema que houve, enfim, o problema que sabemos que foi a questão das ações trabalhistas.

Agora, sabemos de uma coisa: é que nós, aqui da Assembléia, estamos dando como veredito a decisão com relação a essa questão.

Então, acho que temos que ter uma comissão, realmente, que acompanhe essa questão no Porto de Paranaguá. Ademais, gostaria de comunicar à Casa, que fazendo, apenas complementando o pronunciamento do deputado Caíto Quintana, que hoje pela manhã, a Câmara Municipal de Pato Branco determinada pela Justiça, houve a busca e apreensão das cédulas, que até hoje eram secretas. Na votação que até hoje, era secreta. Hoje já passa a não ser mais secreta.

Então, não sei qual será o encaminhamento dado na seqüência, pela Justiça. Mas, realmente, devemos preservar aquilo que é fundamental e, é o preceito fundamental do processo legislativo no País, ou seja, do Poder Legislativo, que é independente e que tem as suas prerrogativas firmadas no Regimento Interno de cada Poder. No caso do nosso aqui, enquanto Assembléia Legislativa; no caso de Pato Branco, como qualquer outra Câmara Municipal; e que obviamente, aquilo que é estabelecido no Regimento, deve ser respeitado pelos outros Poderes.

Muito obrigado, senhor presidente.

#### O SR. EDSON STRAPASSON (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados.

Queria fazer uma abordagem em relação ao Porto de Paranaguá. Como Presidente da Comissão de Obras e Transportes, juntamente com vários deputados, tivemos a oportunidade de receber nesta Casa, em Comissão, a presença do superintendente do Porto, doutor Ozires, juntamente com o Fregonese, onde eles fizeram abordagem rápida do funcionamento do Porto de Paranaguá.

Tivemos a oportunidade de fazer uma visita técnica, onde até rapidamente, pudemos vistoriar as instalações do Porto. Pudemos também receber a presença de alguns presidentes de sindicatos, que trabalham agregados ao Porto de Paranaguá, e apesar de não entrarmos na profundidade da administração do Porto, vimos que o Porto de Paranaguá, ele é eficiente. Mas na sua parte financeira vemos que existe uma administração compartilhada, onde os serviços prestados juntamente com o Porto, não se sabe se são do Porto ou das entidades sindicais da classe, que trabalham agregados ao Porto.

Ora, nós devemos aqui neste momento, uma reflexão profunda do valor astronômico desta dívida, para averiguar até a sua realidade, porque os auditores do INSS quando auditam um ente público ou privado, eles arbitram muitas vezes, de forma geral, sem comprovação, uma dívida, e tenho certeza que talvez essa dívida, se for auditada, não deva ser os ditos setenta e cinco milhões. E que nós hoje, aqui, temos uma informação sequer concreta, real, do que é a dívida.

Ora, foi citado há pouco aqui, senhor presidente, por vários deputados um posicionamento em relação às questões trabalhistas, onde muitos advogados com certeza, ganharam muito dinheiro, deputado Neivo.

Mas com certeza, ganha junto o Porto, muito dinheiro, pessoas que estão vinculadas até a sindicatos e a administração do Porto de uma forma desonesta, sobra hoje para o povo do Estado do Paraná, o pagamento da conta.

Ora, senhores deputados. É importante aproveitar este momento, para que possamos por a limpo toda essa história, rever o funcionamento da administração do Porto de Paranaguá, de uma forma global. Não é possível que nós votemos no afogadilho desta Casa hoje, um projeto de extrema importância, e seu financeiro, colocando nas costas do povo do Paraná, vinculado ao Fundo de Participação do Governo do Estado, 75 milhões, sem que sequer façamos uma avaliação da origem desta dívida. Sem sequer que questionemos a forma de administração do Porto de Paranaguá. E que tenhamos sequer um documento plausível, para que tenhamos segurança em votação.

Apego-me a votar neste afogadilho, esta matéria de extrema importância.

Nego-me porque na medida que votamos no afogadilho, em comissão geral, não permitimos que nós deputados tenhamos condições de averiguar e de propor emendas, que venham a resultar em um projeto eficiente,

em benefício, não daqueles que levam o lucro fácil do Porto, mas do povo do Paraná.

Então, neste momento, queria deixar claro, que estaremos contribuindo, não para o benefício do Porto de Paranaguá, não para benefício da melhoria das condições de administração, mas sim para o benefício que pegam o dinheiro que é público sei lá o que fazem. Mas quando sobra a conta, quem paga é o povo.

Votarei, particularmente contrário a esse projeto, apesar de entender a importância de sanear o Porto.

Mas, não é possível votar desta forma, um projeto de extrema importância ao povo do Paraná.

Portanto, encaminho contrário a esse projeto, pelas razões que coloquei.

#### O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar)

Senhor presidente, nós da bancada do PT, queremos encaminhar contrariamente o projeto.

Primeiro porque nós sabemos, que a administração do Porto de Paranaguá, no governo Jaime Lerner, sempre esteve envolvido em uma série de problemas, de ordem administrativa.

Estive em contato com várias pessoas do Porto, empresários que trabalham no Porto, e eles falaram o seguinte: tem escândalos com seguros, problemas de administração, teve até um caso de um portainers (?) que portava os containers que caíram, que houve um desleixo, perderam aquilo e o seguro não pagou.

Olha, a administração é considerada péssima e na situação que nós encontramos o Estado do Paraná, o Porto deveria cuidar das suas finanças. As informações que nós temos é que esta dívida não é tão grande assim e portanto nós não podemos ficar, o Estado, mais uma vez pai de todos. Conforme, inclusive a tese neo-liberal de que o Estado não pode assumir o ônus da administração, tem que forçar os ambientes públicos a serem eficientes do ponto de vista administrativo e pagar o INSS me parece um cuidado primeiro de toda a administração pública.

Portanto, até em respeito às teses neo-liberais nós vamos votar contra. O Estado não pode ser padrinho e pai dos desfalques e desmandos administrativos.

#### O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Para Encaminhar)

Acho que não se tem muito a acrescentar ao que foi dito por todos os deputados que falaram sobre o assunto. Eu também, ao votar uma lei que autoriza o erário a assumir mais de 75 milhões de reais, me pergunto se deveria votar a favor.

Quero rapidamente dizer que fiz uma visita ao ex-deputado Norton Macedo quando nomeado presidente do Banco do Estado do Paraná e lá com o Norton Macedo que considero um dos homens mais brilhantes da nossa política, daqueles que passaram pelo Congresso Nacional, representando o Paraná, e eu perguntava, como é que você se sente aqui num banco, frente à presidência do banco, você é político? ele disse: pois é, Basílio, mas o

grave problema aqui são as ações trabalhistas, os famosos precatórios trabalhistas, decisões judiciais que muitas vezes são muito distantes da realidade e agora nós temos uma nova lei de responsabilidade fiscal que obriga o Poder Público a pagar. Agora, o Poder Público vai ter que pagar obrigatoriamente, porque os prefeitos, os governadores empurravam com a barriga, para depois, ninguém ser responsabilizado. Agora são. Agora o Poder Público é obrigado a pagar. Provavelmente as decisões judiciais serão também diferentes. Esses julgamentos não poderão acompanhar os raciocínios anteriores, porque da mesma forma que o Norton me disse da preocupação do Banestado, que não acabou, cinco bilhões os paranaenses pagaram e no Banestado agora, são 75 milhões a mais. Mas vou votar até por dois motivos: primeiro porque o prazo é 30 de julho para o parcelamento, se não votar vai criar problema, dificuldade à sua administração, segundo porque eu acredito demais no Osiris Stenghel Guimarães que passou pelo DER e todos sabem o trabalho desse homem para o Paraná, pela sua dignidade, por tudo que o Osiris representa no Paraná. Mas, não podia também deixar de manifestar aqui este fato de se votar constrangido, apressado, quase em cima da hora; é Sessão Extraordinária no término, no início de recesso, tudo isto dá este sentido aqui de constrangimento à Casa e para dizer que a coisa lá não poderá continuar assim, a administração está mal, vinha mal de vários governos e a Assembléia depois, tem que autorizar, assumir a responsabilidade daqueles que jogaram o dinheiro do erário pela janela, com irresponsabilidade administrativa.

#### O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Senhor presidente, por amor à brevidade e por respeito aos demais deputados, quero simplesmente dizer, que essa mensagem do governo tem um prazo fatal, tendo em vista que o governo estadual tem o prazo até o final de julho, para negociar essa dívida. A vantagem para o Porto de Paranaguá e para o Porto de Antonina, é que ao invés de fazer uma negociação direta, pagando em 96 meses - está muito clara, na análise aqui, que vai poder pagar essa dívida em 20 meses.

Está muito claro, que o erário público não será prejudicado, tendo em vista que a APA se compromete a ressarcir o Tesouro do Estado, de todo o pagamento efetuado, pelos cofres públicos, para o governo do Estado do Paraná. A emenda do deputado Algaci Tulio assegura à Assembléia Legislativa, o recebimento de todos os comprovantes, destes pagamentos feitos pela APA, desses recolhimentos feitos por esta, devidamente recolhidos ao governo do Estado. A emenda do deputado José Maria Ferreira, assegura a todos nós parlamentares e ao Estado do Paraná, que essa dívida a ser assumida, terá um máximo de 755 milhões de reais. Razão pela qual, para mim fica evidente a necessidade na questão de melhores condições de negociação.

Fica muito claro, a necessidade de aprovarmos esse projeto de lei, razão pela qual recomendo a nossa

bancada, que vote favoravelmente à mensagem do governador Jaime Lerner.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, questão de ordem?

**(Assentimento)**

Senhor presidente, acabo de apresentar à Mesa, uma emenda limitando a assunção, à dívida do Estado, em relação à futura negociação do INSS, em 75 milhões.

Isso, para quê?

Porque a Assembléia não deu carta em branco, aberta para essa negociação. Isso tudo é no esforço de ver esse projeto aprovado, para poder fazer o entendimento do porto.

Sei que está fora do regimento. Socorro-me em Vossa Excelência para que submeta ao Plenário, para que essa emenda possa ainda ser relatada, nesta Sessão, para que tenhamos condições de aprová-la.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A Mesa recebe a emenda apresentada pelo deputado José Maria Ferreira.

Embora as emendas já tenham sido relatadas, pela Comissão Geral do deputado Marcos Isfer, vamos submetê-la à apreciação do douto Plenário, se acata ou não acata a emenda. Primeiro: se os deputados são favoráveis, que a Mesa receba a emenda.

Os senhores deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

**Aprovado.**

A Mesa recebe e designa ao deputado Marcos Isfer, para que relate também essa emenda.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados. Com relação à emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 268/2001, inclua-se onde couber a seguinte expressão: até o limite de 75 (setenta e cinco milhões de reais).

Não há nada que obstrua a sua votação, no aspecto constitucional legal.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está em votação o parecer feito pelo eminente deputado Marcos Isfer.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

Os senhores deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão.

**Aprovado, artigo por artigo,** com o voto contrário dos deputados do PT, do PMDB e do PDT.

Está em votação a emenda nº 01, de autoria do deputado Algaci Tulio.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovada.**

Emenda nº 02, de autoria do deputado José Maria Ferreira. Em votação.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovada.**

O SR. CUSTÓDIO DA SILVA

Para justificar o voto, senhor presidente?

Senhor presidente, votei na mensagem do Executivo, nº 022/2001, mas eu quero lamentar pela má administração do Porto de Paranaguá. Nós não podemos aceitar que essa situação ocorra, daqui para frente, senhor presidente, então votei a favor da liderança do Governo mas quero lamentar a podridão que ocorre no Porto de Paranaguá.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Antes de encerrar a sessão, nós queremos registrar, juntamente com o Deputado Ademir Bier, a presença dos vereadores de Pato Bragado: Alberto Marreco, Antônio Vansowski, Laércio Kursten e Loise Rodrigues, bem como o assessor legislativo, Ademar.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, com todo respeito ao deputado Custódio da Silva, eu quero dar um testemunho aqui e vejam que as minhas posições, nesta Casa, têm sido de total independência, mas é preciso que também saibam reconhecer como as coisas acontecem.

Quero dizer que desde que o doutor Ozires Sten-guel Guimarães, uma pessoa de uma família tradicional, no Paraná, de uma conduta ilibada, até ocupando cargos em outros Governos. Ele não é administrador do Porto de Paranaguá do Governador Jaime Lerner, ele foi Presidente da Ferroeste, em outros Governos, Secretário de Transportes, pessoa de uma ligação estreita, com Brasília, e que tem feito um trabalho realmente extraordinário na superintendência do Porto de Paranaguá. Eu não posso, a minha consciência não me permite isso, a consciência do Deputado Marcos Isfer, porque temos uma ligação, muito forte, com Paranaguá, com o Porto de Paranaguá e nós não podemos aceitar acusações contra a atual administração e contra a pessoa do nosso superintendente do Porto de Paranaguá.

A APPA, Associação dos Portos de Paranaguá e Antonina, é uma instituição que ao longo dos anos vem sofrendo uma deteriorização extraordinária, porque, infelizmente, tivemos uma série de desencontros na direção do Porto de Paranaguá, que deve vir aí de 50, 100 anos atrás, desde a sua existência.

Mas, em relação à atual administração, quero dar aqui o meu testemunho, da eficiência, da atuação corretíssima que tem o doutor Ozires e toda direção do Porto de Paranaguá. Até poderia, se fosse por uma outra razão, fazer um discurso contrário em relação à questão de funcionários que atuam no Porto de Paranaguá. Mas, deixar bem claro, com todo respeito ao Deputado Custódio da Silva, eu, em meu nome e em nome do Deputado Marcos

Isfer, da conduta extraordinariamente correta que tem o doutor Ozires Stenguel Guimarães e a atual diretoria do Porto de Paranaguá.

**O SR. CUSTÓDIO DA SILVA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, eu não estou citando nomes, nem do atual, nem do passado, só quero registrar aqui e lamentar que 75 milhões de reais vão ser tirados do povo do Paraná para cobrir dívida mal administrada, ou pelo atual ou pelo passado. Não podemos vender os olhos e dizer que está tudo bem. Então fica aí, senhor presidente, como deputado eleito pelos trabalhadores do Paraná, eu tenho que ter a minha consciência tranqüila, nesta Casa, quando falamos, nesta Casa, sabemos o que estamos falando, eu não estou acusando ninguém, só estou lamentando a má administração por que passa pelo Porto de Paranaguá e que agora o povo do Paraná tem que pagar!

**O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, eu não poderia ficar calado ouvindo o que o Deputado Custódio falou. Tive a honra de trabalhar com o então Secretário Ozires Stenguel Guimarães, eu como engenheiro do DER, e ele como Secretário dos Transportes.

É, sem dúvida nenhuma, uma das pessoas mais respeitadas da política paranaense; um dos homens públicos que realmente enobrece o Estado do Paraná em todos os órgãos que passou, independente de governo, PMDB, da antiga ARENA inclusive. Agora, no Governo Jaime Lerner, eu posso assegurar com tranqüilidade: durante os 4 anos que trabalhei junto com o doutor Ozires Guimarães, foi o homem que comandou inclusive o maior avanço que nós já tivemos na área de transporte do Estado do Paraná que foi a construção de 4 mil quilômetros do Governo Jaime Canet, e não houve nenhuma acusação contra a idoneidade do doutor Ozires Guimarães.

Por esta razão, quero me solidarizar e concordar com as palavras do Deputado Algaci Tulio. Realmente, o doutor Ozires, até hoje diz que o homem público sempre deve ser fiscalizado, mas até hoje eu realmente não vi nada que desabonasse o doutor Ozires. E também em solidariedade ao nosso ex-colega Lourenço Fregonese, que é um dos diretores do Porto, que está desempenhando um ótimo trabalho no Porto de Paranaguá. Por esta razão, quero ser solidário à direção do Porto de Paranaguá.

**O SR. GERALDO CARTÁRIO (Pela Ordem)**

Senhor presidente, o aqui discutido e abordado se trata de uma matéria onde todos os 399 municípios, creio eu, a maior parte dos municípios do Estado do Paraná passou precisamente pelo mesmo problema. As Câmaras Municipais autorizando o Poder Executivo a acertar a dívida junto ao INSS.

O Governo do Estado do Paraná não poderia ser diferente, e o Porto de Paranaguá também não. Por isso que essa dívida, que quero deixar aos deputados que falaram a esse respeito, não se trata de dívida de irresponsa-

bilidade de ninguém, se trata de um costume, de uma cultura de anos e anos atrás.

Se analisarmos as prefeituras e outras autarquias do Governo do Estado e do Governo Federal e de tantas e tantas prefeituras deste Brasil, é diferente do que estamos votando aqui. Por isso, quero me somar às palavras dos deputados que falaram do Ozires Guimarães, que sem dúvida ficará na história do Paraná como o maior tocador de obras de todos os tempos deste Estado.

E eu, particularmente, empurrava um carro junto com ele naquele trecho de Xambrê a Pérola, jamais esqueço isso Deputado Anibelli, o Ozires Guimarães foi um dos responsáveis pelo sucesso extraordinário que Jaime Canet teve à frente do Governo do Estado. Ele não é irresponsável, os diretores, Lourenço Fregonese, ex-deputado desta Casa não é irresponsável, ninguém é irresponsável aqui no Paraná com o Governo Federal, o Governo Federal sim é irresponsável, é traidor do povo do Paraná, porque se o Governo Federal pagasse ao Paraná o que deve, certamente que prefeitura alguma estaria devendo ao Governo Federal, ao INSS e muito menos ao Porto de Paranaguá.

**O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)**

Eu não poderia também deixar de tecer comentário sobre a figura humana do doutor Ozires Guimarães. Figura ímpar, figura amável, simpático, pronto para responder as indagações de qualquer parlamentar da Casa, um homem que evidentemente tem uma história no nosso Estado.

Então, o meu pronunciamento conceitual sobre estado e comportamento administrativo dos homens públicos, exclui aí a figura ímpar do doutor Ozires Guimarães.

Agora, não sou omissor. Quero deixar a minha opinião e a minha indignação em relação aos fatos que acontecem e que sempre acabam explodindo nas costas do povo.

Então, ao pedir esta Questão de Ordem, para dizer que tenho pelo doutor Ozires... senhor presidente, é preciso que o raciocínio seja liberado, enquanto Vossa Excelência faz sinal que eu tenho que encerrar, então eu encerro. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

**ORDEM DO DIA,**

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 024/99 e do Projeto de Lei Complementar nº 015/2001.

**1ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 231/2001.

**3ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 268/2001.

Levanta-se a sessão.

**Atos da Presidência:****EMENDA Nº 09**

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná promulga nos termos do § 3º do Artigo 64 da Constituição Estadual a seguinte:

**EMENDA A CONSTITUIÇÃO DO  
ESTADO DO PARANÁ**

Artigo único - O inciso I do § 2º do artigo 77, da Constituição do Estado do Paraná passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 77 - ...

§ 2º - ...

I - dois pelo Governador do Estado, com a aprovação da Assembléia Legislativa, alternadamente, entre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo mesmo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.”

Sala das Sessões, em 13.06.2001.

(aa) HERMES BRANDÃO - Presidente

VALDIR ROSSONI - 1º Secretário

ANTONIO ANIBELLI - 2º Secretário

**LEI COMPLEMENTAR Nº 88**

Data: 28 de junho de 2001.

**Súmula:**

Revoga o inciso VII do Artigo 2º da Lei Complementar nº 82 de 24 de junho de 1998, que dispõe sobre a criação de Consórcio Intermunicipal na área de saúde.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica revogado o inciso VII do artigo 2º da Lei Complementar 82, de 24 de junho de 1998.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “XIX de DEZEMBRO” em, 28.06.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

Presidente

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 029ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
28 DE JUNHO DE 2001**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Edno Guimarães e Antonio Baratter.

Às onze horas e trinta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghel- lere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricar-do Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede a leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimento:****REQUERIMENTO Nº 2228**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 28.06.2001.

(a) **PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

**O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)**

Senhor presidente, como estamos encerrando o período legislativo, não podia deixar de manifestar aqui, e acho que faz parte inclusive do pensamento médio da Assembléia Legislativa, com relação a Pato Branco. Tivemos há pouco a presença do Presidente da Câmara de Pato Branco, um pronunciamento, ontem, do Deputado Nereu Moura, hoje do Deputado Caíto Quintana e a manifestação - a nível pessoal, de vários senhores deputados, com o golpe que se deu ao Poder Legislativo de Pato Branco.

Então quero registrar a minha posição de solidariedade ao povo patobranquense, com a arbitrariedade com que delegados de polícia, uma força tarefa adentrou à Câmara de Vereadores, tirou lá, documentos da votação secreta. Assuntos que só interessam ao corpo interno da Câmara Municipal de Vereadores de Pato Branco e vamos ver de quem é a responsabilidade. Mas, a Assembléia Legislativa, acho que teria que emitir uma nota de solidariedade enquanto Poder Mãe, Poder Maior dentro do Estado do Paraná, em solidariedade e em defesa da autonomia do Poder Legislativo. Porque a Constituição Federal e os preceitos da separação dos Poderes - desde os Tratados de Montesquieu - foram jogados no lixo. E temos que respeitar a independência do Poder Legislativo.

Obrigado, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

**ITEM 01**

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 024/99, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que estabelece nor-

mas de prevenção das doenças e critérios de defesa da saúde dos trabalhadores em relação às atividades que possam desencadear Lesões por Esforços Repetitivos - LER, no Estado do Paraná. Aprovado.

**REDAÇÃO FINAL**

**PROJETO DE LEI Nº 024/99**

**A Assembléia Legislativa do**

**Estado do Paraná**

**D E C R E T A :**

**Art. 1º** - Esta lei estabelece normas de prevenção das doenças e critérios de defesa da saúde dos trabalhadores das esferas pública e privada do Estado do Paraná, com a finalidade de protegê-los das Lesões por Esforços Repetitivos - LER, e dos Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho - DORT.

**Art. 2º** - As Lesões por Esforços Repetitivos - LER ou Distúrbios Osteomusculares relacionados ao Trabalho - DORT, são definidas como uma síndrome clínica caracterizada por dor crônica acompanhada ou não de alterações objetivas, que se instalam insidiosamente e acometem tendões, músculos, nervos, fâscias e ligamentos, isolada ou associadamente, atingindo principalmente, porém não somente, os membros superiores, região escapular, pescoço e coluna vertebral. As lesões são provocadas por atividades desenvolvidas nos processos de trabalho, decorrentes de sua organização e execução que exigem do trabalhador de forma combinada ou não de:

a) utilização repetitiva, continuada e forçada de grupos musculares;

b) manutenção de posturas inadequadas por tempo prolongado;

c) tensão psicológica decorrente de fatores relacionados à organização e execução (ritmo, intensidade, inviabilidade de tarefas, duração da jornada, mecanismos de controle do trabalho);

d) exposição a fatores relacionados aos postos de trabalho (dimensão do posto, exposição ao frio, entre outras) e aos equipamentos (pressão mecânica sobre determinados segmentos do corpo, vibração, entre outras).

**Art. 3º** - O Sistema Único de Saúde, através dos Programas de Saúde do Trabalhador aplicará em suas atividades de fiscalização e tratamento os seguintes critérios técnicos:

I - de procedimentos de diagnósticos, tratamento e condutas das Lesões por Esforços Repetitivos - LER e de Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho - DORT - Normas Técnicas para Avaliação de Capacidade - MPS/INSS 1993 e protocolo de LER do Ministério da Saúde;

II - de organização do trabalho, seguir os procedimentos da NR 17 - Ergonomia - Normas Regulamentado-



ras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho. Portaria 3.214 de 05/06/78;

III - de prevenção das Lesões por Esforços Repetitivos - LER e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho - DORT baseada na adoção obrigatória das seguintes medidas:

a) garantia de informação aos trabalhadores sobre os riscos a que estão submetidos em função das condições de trabalho, assim como sobre as medidas adotadas pela empresa para evitar agravos à sua saúde;

b) estabelecimentos de pausas e limitações de tempo de trabalho e determinados postos que possam desencadear Lesões por Esforços Repetitivos - LER, garantidas as pausas de 10 (dez) minutos para cada 50 (cinquenta) minutos trabalhados, com jornada de trabalho de 6 (seis) horas, sendo as pausas computadas como tempo trabalhado;

c) determinação de alterações nos processos e organização do trabalho, de modo que permita o enriquecimento e alternância das tarefas, bem como o controle do ritmo de trabalho pelo trabalhador que o executa, visando a redução das pressões e tensões do trabalho;

d) adequação de máquinas, mobiliários, dispositivos, equipamentos e ferramentas de trabalho às características dos trabalhadores, de modo a reduzir a intensidade dos esforços aplicados a corrigir posturas desfavoráveis na realização de movimentos repetitivos;

e) adequação do ambiente de trabalho em relação a temperatura e aos níveis de ruído e iluminação garantindo o bem estar dos trabalhadores;

f) estabelecimento de ações de vigilância da saúde dos trabalhadores com avaliações periódicas das condições e organização do trabalho;

g) estabelecimento de procedimentos de rotina de exames clínicos periódicos especiais incluindo os de retorno ao trabalho após licença médica superior a 15 (quinze) dias e no momento da demissão.

Art. 4º - Os casos de Lesões por Esforços Repetitivos - LER, mesmo os suspeitos, deverão ser notificados, por qualquer empresa, pessoa, órgão ou entidade, aos órgãos competentes do Sistema Único de Saúde que tomarão as providências necessárias.

Art. 5º - Sem prejuízo das responsabilidades civil e penal e das penalidades contratualmente previstas, as infrações em descumprimento do estabelecido por esta lei serão punidas alternativa ou cumulativamente, com as seguintes penas:

I - advertência;

II - pena educativa;

III - interdição cautelar ou definitiva, total ou parcial do estabelecimento ou equipamento utilizado no processo produtivo;

IV - cassação da licença sanitária;

V - multa.

Art. 6º - O Sistema Único de Saúde, através dos Programas de Saúde do Trabalhador, fiscalizará o cumprimento e aplicará as penalidades previstas na legislação vigente, especialmente as enumeradas no artigo 5º desta lei.

Art. 7º - As Secretarias Municipais de Saúde serão responsáveis pelo registro, controle e atualização das guias de Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT, registradas em seu município.

Art. 8º - Fica instituído no Estado do Paraná o último dia do mês de fevereiro como o dia estadual de prevenção a LER/DORT.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.06.2001.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

## ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar nº 015/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 05/2001, que altera dispositivos do Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2001, de 19/02/2001 - Mens.).**

## ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 231/2001, de autoria do Deputado Tony Garcia, que proíbe em todo o território paranaense, a exploração de todas e quaisquer máquinas eletrônicas ou equipamentos de apostas eletrônicas e eletromecânicas e dá outras providências. **SEM PARECERES (Publ. no DA nº 074/2001, de 05/06/2001).**

### Em votação.

#### O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, quero dizer que na análise feita por este relator, não encontramos nenhum óbice que possa interromper o andamento normal desse projeto. Na questão da legalidade e da constitucionalidade, nós entendemos que ele está pronto para dar o seu prosseguimento normal nesta Casa.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Está em votação o parecer dado pelo Deputado Algaci Tulio. **Aprovado.**

Está em votação o projeto. **Aprovado.**

#### O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor presidente, voto favoravelmente à constitucionalidade. Mas faço um apelo à Mesa, que não retorne esse projeto em 2ª Discussão, a não ser no mês de agosto. Até porque foi entendimento na CCJ, que deveríamos fazer uma consolidação de todos os projetos que versam sobre a questão dos jogos eletrônicos, bingos, loterias do

Estado do Paraná. Existe pelo menos uns 5 projetos tramitando na Casa. E foi uma sugestão da CCJ, na ocasião, que seria feito uma consolidação. Então que votemos a constitucionalidade e que depois anexemos os demais projetos a este ou este aos demais, para que possamos analisar de forma conjunta todos os projetos que tratam de bingos, caça-níquel, jogos eletrônicos, loterias, etc.

O SR. ALGACI TULIO

Só para completar, senhor presidente. A posição do Deputado Orlando Pessuti é correta. Nós tivemos esse entendimento na CCJ. Votaremos hoje apenas pela constitucionalidade e depois o projeto sai da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Só queremos avisar aos senhores deputados que este projeto não retorna na Sessão Extraordinária de hoje, só após o recesso de julho.

#### ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 268/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 022/2001, que autoriza o Poder Executivo a assumir e reconhecer os débitos da APPA - Administração dos Portos de Paranguá e Antonina, incluindo-os no parcelamento da Administração Direta do Estado junto ao INSS - Instituto Nacional de Seguro Social. PARECER FAVORÁVEL DA CG.

Emendas - **Aprovadas.**

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2228, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.

### Ata de Comissão:

#### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e um, reuniu-se a Comissão de Defesa do Consumidor, na Sala de Reuniões das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado Sérgio Spada e com a presença dos seguintes senhores deputados: Geraldo Cartário, Ademar Traiano, Edson Strapasson e a Senhora Deputada Luciana Rafagnin. Havendo número legal, o senhor presidente iniciou os trabalhos da presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei Complementar nº 092/2001, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre os direitos e garantias do contribuinte e dá outras providências. Relator: Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos desta reunião, da qual, para constar, eu, Marisa Couto de Cristo, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) SÉRGIO SPADA - Presidente  
Marisa Couto de Cristo - Secretária